

Centenário da Ordem dos Advogados em Faro

9 de janeiro de 2026 · Faro

João Massano

Bastonário da Ordem dos Advogados

Muito boa tarde a todos.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República,
Excelentíssima Senhora Ministra da Justiça,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Faro,
Excelentíssima Senhora Reitora,
Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Regional de Faro,
Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho de Deontologia de Faro,
Excelentíssima Senhora Professora Paula,

Muito obrigado por ter aceitado o convite para estar aqui e falar sobre a causa social associada a este evento, confrontando-nos com uma realidade que, muitas vezes, preferimos varrer para debaixo do tapete.

Muito obrigado.

Excelentíssimas Senhoras e Senhores,
Caríssimos Colegas,
Distintas entidades que nos honram com a sua presença,

Confesso que tivemos hoje um convidado inesperado.

Não esperava que, no Algarve, estivéssemos todos a passar este frio. Peço-vos desculpa por isso.

Espero não criar nenhum conflito com o Governo, porque esta situação não tem absolutamente nada que ver com a presença da Senhora Ministra da Justiça.

A verdade é que o ar condicionado está avariado e, por isso, apresento-vos as nossas sinceras desculpas.

Espero que este incidente não provoque qualquer conflito governamental, numa altura em que as coisas parecem estar a correr bem.

E gostaria de começar precisamente por aí, Senhora Ministra.

É uma honra tê-la novamente entre nós.

Acredite que os fenómenos climáticos nada têm que ver com a Ordem dos Advogados, embora, por vezes, possa parecer propositado.

No dia 19 de maio, quando a Senhora Ministra chegou, enfrentámos uma ventania tremenda. Não foi culpa da Ordem, acredite. Este Conselho Geral nada tem contra Vossa Excelência.

Hoje temos este frio.

Congratulo-me, contudo, com o facto de as nossas reuniões parecerem estar a dar frutos, tendo em conta as novidades que aqui foram anunciadas.

A Senhora Ministra poderá contar com toda a lealdade deste Conselho Geral.

Haverá crítica quando tiver de existir, mas será sempre uma crítica construtiva, feita com total lealdade e com espírito de cooperação.

Aquilo que queremos é o mesmo que a Senhora Ministra deseja: uma Justiça melhor e mais rápida, que deixe de ser permanentemente associada às queixas relacionadas com a morosidade.

É isso que todos pretendemos.

É uma honra estar aqui no Algarve, numa região que, talvez mais do que qualquer outra em Portugal, demonstra que a descentralização não é apenas um conceito administrativo.

É uma realidade viva de serviço público e de proximidade com os cidadãos.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Faro, acredite que, como tenho procurado demonstrar desde o início do mandato, poderá contar com o apoio da Ordem dos Advogados em tudo aquilo que contribua para melhorar a Justiça no Algarve.

Quero também agradecer a todos os que, estoicamente, vieram até aqui, sejam do Algarve ou de outras regiões do País, e que permaneceram nos seus lugares até esta hora.

Uns encontram-se claramente empedernidos de frio. Outros já têm os cachecóis quase até aos olhos.

Agradeço-vos o esforço e a coragem de continuarem aqui.

A vossa presença honra-nos e reafirma aquilo em que sempre acreditámos: a Ordem dos Advogados é construída pela sua classe, pelos seus Conselhos Regionais, pelas suas Delegações e pela força coletiva de todos aqueles que, dia após dia, exercem esta profissão com dedicação e integridade.

Não posso deixar de mencionar todos aqueles que tornaram possível a realização deste evento e da conferência de ontem.

Refiro-me aos funcionários do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, que tudo fizeram para que tudo corresse bem — com exceção do ar condicionado, que não dependia deles.

Agradeço-lhes todo o esforço desenvolvido para que esta iniciativa se tornasse uma realidade e para que as próximas possam ser ainda melhores.

É também curioso — e creio que existe nisto alguma justiça poética — que seja em Faro que iniciamos as grandes comemorações do Centenário.

Foi igualmente em Faro que celebrámos o Dia do Advogado, o primeiro grande evento deste Conselho Geral.

Faro foi uma das regiões em que recebemos a confiança dos Advogados e onde vencemos as eleições.

Esperamos ser merecedores dessa confiança ao longo de todo o ciclo que ainda temos pela frente.

Oito meses depois, aqui estamos para abrir as comemorações do Centenário.

Isso atribui-nos uma responsabilidade acrescida: honrar, numa região que nos deu o seu voto de confiança, os compromissos que assumimos para os próximos dois anos e que, na verdade, já começámos a concretizar.

Quero começar por felicitar o Conselho Regional de Faro pelos seus trinta anos de existência.

Desde 1996 que este Conselho Regional desenvolve a sua atividade, representando hoje cerca de mil e duzentos Advogados e servindo os dezasseis municípios do Algarve.

Não é coisa pouca.

Sobretudo quando o Estado ainda hoje procura descentralizar funções e competências que a Ordem dos Advogados já descentralizou há três décadas.

Quero, por isso, homenagear os Presidentes que tornaram este percurso possível.

O Dr. Valério Bexiga, que generosamente partilhou connosco as suas reflexões nesta cerimónia, o Dr. António Cabrita, o Dr. José Leiria, a Dra. Cristina Saruga Salgado e o Dr. Afonso Café, que atualmente lidera o Conselho Regional.

A todos aqueles que hoje nos recebem nestas terras algarvias, desejo os maiores sucessos, para que o Conselho Regional de Faro se torne cada vez mais forte.

A Ordem e a Advocacia devem-vos muito, começando pelo vosso esforço, dedicação e disponibilidade, inteiramente voluntários.

Muito obrigado.

Estamos hoje a iniciar este ano de 2026, no qual a nossa Ordem se torna centenária.

Celebramos cem anos de história, de defesa da Advocacia e de proteção dos direitos fundamentais.

Mas este não é apenas um aniversário institucional.

É um marco incontornável, que exige uma celebração à altura da relevância da Advocacia na construção da democracia e do Estado de Direito em Portugal.

Este é um momento único para reforçarmos a proximidade com todos os Advogados, com os Conselhos Regionais e com as Delegações.

Porque a nossa força reside na unidade dentro da diversidade.

Foi por isso que quisemos construir um programa que, acima de tudo, unisse toda a Advocacia e mostrasse a sua riqueza plural.

As comemorações do Centenário percorrerão várias regiões do País, levando a cada uma delas iniciativas que valorizem a profissão e a cidadania.

A Ordem dos Advogados comemorará o seu Centenário através de um programa que honra o passado e projeta o futuro.

Estamos, por isso, em contagem decrescente para o dia 12 de junho, quando estaremos na Aula Magna, em Lisboa.

Mas esse dia não será o ponto final.

As comemorações prolongar-se-ão até ao final do ano e anunciaremos, muito em breve, as datas definitivas de todas as iniciativas.

Não quisemos limitar as comemorações a Lisboa, nem sequer a sessões solenes tradicionais.

A Advocacia é, sem dúvida, pompa e circunstância.

Mas é, e tem de ser, muito mais do que isso.

Tem de ser arrojo, modernidade, esperança e inovação.

Foi com estes valores em mente que construímos um ciclo que inclui conferências, debates, projetos digitais e ações sociais, pensado para envolver a comunidade jurídica e a sociedade portuguesa.

Em cada um dos nossos sete Conselhos Regionais apresentaremos as linhas estratégicas do Centenário e promoveremos espaços de diálogo sobre os desafios da Advocacia no século XXI.

Associadas a estas comemorações, procuraremos também juntar o útil ao agradável, promovendo ações de formação e aproveitando estes momentos solenes de reunião da classe.

Mas faremos ainda mais.

Estabeleceremos parcerias com instituições de referência da nossa sociedade e da nossa democracia, para homenagear e debater o papel dos Advogados na história do nosso País.

O nosso calendário, ainda sem todas as datas definitivamente fechadas, começou agora, em janeiro, em Faro.

Em fevereiro estaremos na área do Conselho Regional de Évora, mais precisamente em Setúbal.

Em julho estaremos na Madeira, mais concretamente no Porto Santo, sob o lema «Cinquenta Anos de Autonomia: a importância do Advogado na Autonomia».

Em outubro, esperamos estar em Coimbra.

Em novembro realizaremos a Convenção das Delegações e as comemorações do Centenário nos Açores.

Em dezembro estaremos no Porto.

Posso também anunciar algumas iniciativas temáticas nacionais, realizadas em parceria com instituições de referência.

Em maio, em colaboração com a Assembleia da República, promoveremos uma sessão comemorativa dedicada ao papel do Advogado na construção do Estado de Direito.

Em junho, realizaremos a Sessão Magna das Comemorações do Centenário, em conjunto com o Conselho Regional de Lisboa.

Será uma espécie de momento zero dos próximos cem anos.

Em setembro, em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, realizaremos uma sessão dedicada à Advocacia, ao humanismo e à cultura, associada a uma homenagem a Azeredo Perdigão.

Em outubro terá início a grande exposição educativa sobre os cem anos da Ordem dos Advogados, que estará patente na Biblioteca Nacional.

A exposição será acompanhada por um ciclo de colóquios, conferências e pela edição de um catálogo alusivo ao Centenário.

Não posso também deixar de referir o Dia do Advogado, que, em 2026, será celebrado em Matosinhos.

Teremos uma sessão de reflexão que reunirá políticos, jornalistas e pensadores em torno do tema:

«E se acontecesse outra vez?»

E se regressássemos a 24 de abril?

Como poderíamos defender as instituições democráticas?

Recorrendo às palavras da escritora Lídia Jorge, citadas pela Senhora Conselheira: os direitos fundamentais não são direitos definitivamente adquiridos.

Se não os defendermos permanentemente, poderão desaparecer.

É isso que temos vindo a observar perante a prevalência da lei do mais forte no plano internacional e, infelizmente, também em alguns episódios a nível nacional.

Sempre que a Justiça parece não dar resposta, a lei do mais forte tende a prevalecer.

Por isso, os Advogados são convocados a permanecer vigilantes e a defender os direitos de todos, mesmo quando estejam em causa minorias impopulares, como acontece, por exemplo, com os migrantes.

Tudo isto acontecerá num ano em que celebramos também os cinquenta anos da Constituição da República Portuguesa.

Um ano em que se levantam muitas dúvidas sobre aquilo que vale hoje a nossa Constituição, sobre os mecanismos de defesa que possui contra os ataques que possa vir a sofrer e sobre aquilo que os tribunais poderão fazer perante eventuais alterações que coloquem em causa o Estado de Direito.

Importa refletir sobre o risco de caminharmos para aquelas autocracias democráticas de que tanto se fala.

Mas os cem anos da Ordem dos Advogados não podem tratar apenas do passado.

Têm de abrir portas para o presente e para os desafios atuais da Advocacia.

Há quem considere que cuidar da saúde mental é um assunto que ainda deve ser escondido dentro de portas.

Não é.

É um assunto que temos de assumir e enfrentar.

Foi isso que fizemos.

Criámos e lançámos o OA Cuida, um programa inovador que reconhece a saúde mental como um pilar essencial para todos e, naturalmente, também para a Advocacia portuguesa.

O programa disponibilizará apoio psicológico sem custos a todos os Advogados com inscrição ativa e quotas regularizadas, através de um serviço assegurado por uma equipa de profissionais especializados.

A Advocacia é uma profissão marcada pelo rigor, pela responsabilidade e pelo compromisso.

Mas é, acima de tudo, uma profissão feita de pessoas e exercida para pessoas.

Pessoas que lidam diariamente com elevados níveis de pressão, com as emoções e as expectativas dos clientes, com decisões difíceis e, muitas vezes, com o peso do silêncio.

Cuidar de quem cuida dos direitos dos outros é não apenas uma obrigação institucional e ética, mas também um dos principais desígnios da Ordem dos Advogados nos tempos atuais.

Para mim, este programa é muito mais do que uma ferramenta de apoio.

É também uma forma de combater o estigma que alguns ainda associam ao acompanhamento psicológico.

Pedir ajuda não é um sinal de fraqueza.

É um sinal de responsabilidade e de coragem profissional.

O presente exige também que conheçamos profundamente a nossa classe e que adaptemos a Ordem ao perfil do Advogado de hoje.

Para cumprir esse objetivo, este Conselho Geral lançou uma iniciativa nacional de escuta ativa dos Advogados, com três propósitos claros:

Identificar os principais desafios da Advocacia portuguesa;

Definir as prioridades estratégicas para o mandato em curso;

E reforçar a proximidade, a transparência e a capacidade de atuação institucional.

Este trabalho deverá estar concluído em junho deste ano e envolve duas fases.

Uma primeira fase de recolha de dados qualitativos, que já se encontra concluída, e uma segunda fase, que consistirá no lançamento de um inquérito dirigido aos mais de trinta e seis mil Advogados, permitindo-nos recolher e analisar dados quantitativos.

Na primeira fase foram realizados grupos regionais em Coimbra, Évora, Faro, Lisboa e Porto.

Foram também realizadas entrevistas setoriais a entidades representativas da prática individual, da Advocacia especializada e das sociedades de Advogados.

Já dispomos de alguns indicadores preliminares muito reveladores.

Esta escuta ativa demonstrou que a Advocacia é vivida como uma profissão exigente e resiliente, marcada por um forte sentido de missão e de serviço público.

Mas revelou igualmente que continuamos confrontados com desafios estruturais persistentes.

Os temas mais frequentemente referidos são a sustentabilidade económica do exercício da Advocacia, as disfunções do sistema de Justiça, a perda de reconhecimento social e institucional da profissão, a urgência da adaptação tecnológica e a valorização dos princípios deontológicos.

É essencial regressarmos aos valores éticos.

Os primeiros resultados evidenciam prioridades claras que, analisadas de forma integrada, se organizam em três eixos estratégicos estruturantes.

O primeiro eixo é o da dignidade e do reconhecimento da profissão.

Este eixo evidencia a necessidade de reposicionar a Advocacia como uma profissão essencial ao Estado de Direito, reforçando a confiança pública, a coesão interna e a autoridade institucional.

A perda de prestígio, a deterioração das relações profissionais entre colegas e a banalização de determinadas práticas exigem uma resposta estratégica centrada nos valores, na ética e na afirmação pública do papel do Advogado.

As recomendações preliminares incluem a garantia de honorários dignos e a salvaguarda dos atos próprios dos Advogados, nomeadamente através da adequada regulamentação das sociedades multidisciplinares.

Incluem também a necessidade de repensar o sistema previdenciário da CPAS e de acabar com as injustiças atualmente existentes, assegurando uma proteção mais abrangente em situações de doença, maternidade ou perda de rendimentos.

Incluem ainda o reforço da deontologia entre profissionais, através de uma campanha nacional e de iniciativas de proximidade regional.

E incluem a necessidade de repensar o Sistema de Acesso ao Direito e aos Tribunais, nomeadamente a respetiva tabela de honorários.

O segundo eixo está relacionado com as competências e com o futuro tecnológico.

Todos reconhecem que a tecnologia é fundamental para a evolução da nossa classe.

Por isso, a Ordem dos Advogados é chamada a assumir um papel central na capacitação contínua dos Advogados, garantindo competências mínimas, acesso equitativo a ferramentas digitais e condições seguras para a utilização da inteligência artificial.

Este é um dos maiores desafios que enfrentamos no ano em curso.

A formação e a especialização surgem como respostas estratégicas essenciais à crescente complexidade do exercício da Advocacia.

Entre as recomendações preliminares deste estudo encontra-se a criação de um percurso formativo atualizado, que inclua competências em áreas como a inteligência artificial, a gestão de projetos, as línguas estrangeiras e as áreas de especialização emergentes.

Surge igualmente a necessidade de apoiar iniciativas de transformação digital, nomeadamente através da criação de plataformas de ligação aos serviços públicos.

Aproveito a presença da Senhora Ministra da Justiça e do Senhor Presidente do IRN para manifestar a nossa esperança de que o IRN possa ser uma das primeiras entidades com as quais estabeleceremos essa ligação mais próxima.

Precisamos de começar efetivamente a criar ligações digitais aos serviços públicos, melhorando simultaneamente o exercício da nossa profissão e o funcionamento dos próprios serviços.

É igualmente necessário atualizar a Área Reservada da Ordem dos Advogados.

Pretendemos ainda criar uma plataforma de inteligência artificial destinada aos membros da Ordem, que garanta o respeito pelo sigilo profissional, bem como a segurança e a fiabilidade das informações aí tratadas.

Por último, temos o correio eletrónico.

Aproveitando novamente a presença da Senhora Ministra da Justiça, diria que o anterior correio eletrónico da Ordem era praticamente uma conquista do tempo do Senhor Bastonário José Miguel Júdice.

Gosto muito do Senhor Bastonário, naturalmente, mas aquele sistema era já uma relíquia que não se adequava aos tempos atuais.

Por muito que respeite o Senhor Bastonário José Miguel Júdice, considero que os Advogados precisavam de um novo serviço de correio eletrónico.

Muitos de vós já terão recebido uma mensagem a convidar-vos a proceder à migração.

Esta é uma mudança muito significativa.

O anterior sistema já não funcionava convenientemente.

O novo serviço poderá ser utilizado e configurado nos vários dispositivos que cada Advogado utilize.

Por isso, façam a migração.

Vão perceber as diferenças.

Finalmente, a Ordem dos Advogados tem um novo correio eletrónico.

O terceiro eixo resulta da resposta a uma pergunta essencial:

O que esperam os Advogados da sua Ordem?

Esperam aquilo que ouvimos em todo o País.

Uma Ordem mais presente, mais influente e mais eficaz na relação com os seus membros, com o Estado, com os serviços públicos e com a sociedade em geral.

O reforço do peso institucional e negocial da Ordem é entendido como uma condição essencial para melhorar as condições de exercício da profissão e valorizar o estatuto do Advogado.

As recomendações preliminares incluem uma maior representação da Ordem dos Advogados nos meios de comunicação social, em defesa da imagem do Advogado.

Posso dizer-vos que, no próximo ano, a Ordem dos Advogados terá presença, para além da imprensa escrita, na rádio, na televisão e noutras plataformas que muito em breve conhecerão.

É também defendida uma maior representação da Ordem junto do Estado e das principais instituições, porque muitos colegas consideram que o peso institucional da Ordem se tornou diminuto.

É recomendada a criação de um plano de comunicação dirigido aos diferentes grupos de Advogados e às diversas formas de exercício da profissão, reforçando o valor da Ordem junto dos seus membros.

É ainda apontada a necessidade de reduzir a duração dos processos disciplinares.

Sei que esta é também uma preocupação do Ministério da Justiça.

Os processos disciplinares da Ordem dos Advogados têm de ser mais rápidos e não podem continuar a demorar o tempo que, por vezes, demoram.

Esta é uma reivindicação da classe e todos estamos empenhados em concretizar essa mudança.

Ela é essencial para a credibilização da Advocacia.

É igualmente necessária uma revisão das especializações, adaptando-as às áreas emergentes do Direito.

Também estamos a trabalhar nessa matéria, que constitui uma das exigências identificadas.

Estes são alguns dos resultados já obtidos através do estudo.

Felizmente, confirmam várias das medidas que começámos a implementar.

Nesta cerimónia, em que abrimos o ano das comemorações do nosso Centenário, falámos do passado e do presente.

Mas aquilo que verdadeiramente nos importa é o futuro.

Importa-nos muito mais trabalhar para mudar o paradigma da Advocacia portuguesa do que passar o tempo a discutir a bondade ou a maldade desta ou daquela posição ou crítica.

Não sou avesso à crítica.

Mas não gosto de perder demasiado tempo com ela.

Mais do que analisar, acredito que temos urgência em fazer, mudar e melhorar.

Foi isso que fizeram os vinte e oito Bastonários que me antecederam.

E eu pretendo honrar, através da ação, aquilo que tão bem souberam construir ao longo destes cem anos.

A História não será escrita pelas palavras que dissermos hoje, mas pelos passos que dermos amanhã.

Caro Conselho Regional de Faro,
Caros Colegas,
Excelentíssima Senhora Ministra da Justiça,

Muito obrigado.

Espero voltar a encontrar-vos nos restantes eventos da Ordem dos Advogados ao longo deste Centenário.

Porque este Centenário pertence a todos os Advogados.

E é, essencialmente, um Centenário dirigido à sociedade portuguesa.

Só dessa forma a Advocacia recuperará e reforçará a sua dignidade.

Muito obrigado.